

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

O leilão de energia

As empresas estatais foram as principais vencedoras do primeiro leilão de energia nova do governo Lula. Confirmou-se plenamente, portanto, o alerta dos investidores privados de que os preços máximos pelos quais teriam de vender a energia eram baixos o bastante para desinteressá-los do negócio, com o que se abriu o espaço para as companhias estatais aumentarem ainda mais sua participação, já predominante, na geração hidrelétrica.

Como o governo vendeu 71% do total da energia que calculava negociar, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, considerou a operação um sucesso. "O resultado foi muito bom", disse ele.

Não é bem assim. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o órgão regulador do setor, afirmou à *Agência Estado* que foi "uma frustração" o fato de apenas 7 novos projetos de hidrelétricas terem sido disputados no leilão, de um total de 17 que o governo pretendia licitar. Novos leilões, portanto, provavelmente terão de ser promovidos pelo governo em 2006 e, talvez, em 2007, para suprir toda a demanda de energia futura, como admitiram o ministro Silas Rondeau e o presidente da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim.

Foi semelhante a avaliação do setor privado. O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (Cbiee), Cláudio Sales, declarou-se "frustrado", explicando que o pequeno interesse dos particulares decorreu do pre-

ço máximo de R\$ 116,00 para o MWh a ser vendido quando as usinas estiverem prontas. Os investidores privados preferiram as pequenas usinas, ou seja, assumiram riscos menores.

A medida do êxito dos leilões elétricos não está nos números, mas na participação do setor privado. Esta teria de ser maciça, como costuma ocorrer em todos os países que abrem o setor de energia elétrica aos investimentos globais, como as multinacionais interessadas em diversificar sua atuação.

Nenhuma multinacional manifestou vontade de ampliar suas operações no País, partici-

As condições não foram atraentes para investidores privados

pando do leilão. Ao contrário, duas multinacionais - a AES Tietê e a Duke Energy, com forte presença no País - estão negociando com o governo paulista a interrupção do seu programa de expansão, segundo o jornal *Valor*. As duas empresas propuseram à Secretaria de Energia de São Paulo e à Aneel a revisão das cláusulas que as obrigam a aumentar em 15%, até 2008, a capacidade atual de geração de energia. Se o governo não concordar, as empresas poderão ser penalizadas até com o cancelamento das concessões.

Houve poucos vencedores no leilão de energia nova: a Eletrobrás, por intermédio de Furnas e Eletrosul, além da Petrobrás e da Cemig. Uma empresa privada, a Alusa, ganhou duas concessões de hidrelétri-

cas de pequeno porte - a Foz do Rio Claro, em Goiás, e a São José, no Rio Grande do Sul.

Decisões judiciais solicitadas pelos órgãos de proteção ambiental impediram que a maioria dos projetos de hidrelétricas fosse licitada. Este problema persistirá. Será ainda mais difícil o aproveitamento do complexo do Rio Madeira, que poderia agregar 7mil MW ao sistema interligado nacional.

Para compensar, no futuro, a falta de energia hidrelétrica, que é mais barata, cresceu o interesse pelos projetos térmicos, por exemplo, da Petrobrás, que poderá vender a energia gerada pelas usinas que controla, no âmbito do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT).

Sem as hidrelétricas, os consumidores pagarão mais caro pela energia, ou seja, o governo não conseguirá a modicidade tarifária pretendida. Entre as hidrelétricas não licitadas estão Dardanelos e Mauá. "É como se os consumidores preenchessem agora dois cheques, de R\$ 82 milhões pela ausência da Dardanelos e outro de R\$ 108 milhões pela ausência da Mauá", comparou o diretor-geral da Aneel.

Ao contrário do que fariam as empresas multinacionais, que aportariam capital próprio na geração elétrica - se tivessem participado do leilão -, a maior vencedora do leilão, Furnas, pretende financiar a totalidade dos investimentos nas usinas de Simplício, Paulistas e Baguari (da qual participa com a Cemig e a Neoenergia) com recursos do BNDES.

Sem dispor de capital, o Estado quer voltar a predominar no setor de energia.